Direcção Geral da Agricultura

Repartição dos Serviços Agrónomicos

Attendendo ao disposto no artigo 73.º do regulamento de 26 de julho de 1899;

Tornando-se indispensável providenciar para que se evitem as irregularidades que annualmente se dão com o manifesto do trigo nacional, em prejuizo dos justos interesses dos lavradores e do prestigio dos serviços officiaes;

Tomando em consideração a proposta do Conselho do Fomento Commercial dos Productos Agricolas:

Havemos por bem decretar as seguintes instrucções para a execução do serviço do manifesto do trigo nacional:

Novas instrucções para o serviço do manifesto do trigo nacional

Artigo 1.º Alem das delegações indicadas no artigo 13.º do decreto de 22 de julho de 1906, ou em sua substituição, o Mercado Central de Productos Agricolas poderá ter delegados nos concelhos e nas freguesias do continente da nação.

§ 1.º Podem exercer as funções de delegação do Mercado Central os syndicatos e associações agricolas locais que a esse serviço se prestem.

§ 2.º Podem ser delegados do Mercado Central pessoas idoneas residentes nas sedes dos concelhos ou das freguesias em que a direcção do Mercado reconheça os requisitos indispensaveis para tal fim.

§ 3.º As delegações e delegados serão nomeados pelo Governo, sob proposta da direcção do Mercado Central. No decreto de nomeação será indicada a area sobre que a delegação ou o delegado exerce a sua jurisdição.

Art. 2.º Para serem considerados legitimos e definitivamente aceites os manifestos de trigo nacional tem de satisfazer aos seguintes requisitos:

1.º Indicar a quantidade e qualidade do trigo manifestado e com toda a exactidão o local onde o trigo está armazenado;

2.º Ser assinado pelo proprio ou por outrem com procuração especial para tal fim passada pelo dono do trigo;

3.º Conter a declaração expressa de que o trigo manifestado é propriedade exclusiva do manifestante e, no periodo que decorre de 15 de julho a 31 de outubro de cada anno, mais a declaração de que o trigo manifestado é da produção cerealifera do manifestante.

§ 1.º Quando a assinatura do manifestante ou do seu procurador não for devidamente reconhecida por notario, poderá ser autenticada pelas delegações ou delegados do Mercado Central ou pelo administrador do concelho ou pelo regedor da freguesia em que o signatario reside.

§ 2.º Quando os manifestos sejam apresentados por syndicatos ou associações agricolas de que os manifestantes sejam socios, aquellas corporações assumem a responsabilidade de autenticidade das assinaturas dos manifestantes e da identidade, e os manifestos são *ipso facto* considerados legitimos e definitivamente aceites.

Art. 3.º Todos os manifestos transitarão pelas delegações ou delegados do Mercado Central, em cuja area de jurisdição esteja armazenado o trigo manifestado, que tomarão nota para poderem informar sobre a idoneidade dos manifestantes e sobre a existencia real das quantidades e qualidades manifestadas, quando haja mester.

§ unico. Os manifestos que forem apresentados na sede do Mercado Central serão enviados aos respectivos delegados ou delegações, ficando provisoriamente inscritos os manifestantes para serem definitivamente aceites se as delegações ou delegados não puserem impedimento.

Art. 4.º A verificação da existencia de trigos manifestados será feita pela Fiscalização dos Productos Agricolas, sendo os seus fiscaes collocados junto das delegações ou delegados do Mercado Central, onde seja indispensavel tal verificação, por as delegações ou delegados se não julgarem sufficientemente habilitados a informar sobre a existencia do trigo manifestado.

§ unico. As direcções da fiscalização e do Mercado Central combinarão entre si a melhor forma de executar a fiscalização exigida por este artigo, aproveitando o mais efficazmente possível os serviços das delegações, delegados e fiscaes.

Art. 5.º Os manifestantes podem desistir dos seus manifestos até o dia 25 do mês em que tiver logar o manifesto, não podendo dispor do trigo manifestado os manifestantes que não tiverem desistido em tempo.

§ unico. No manifesto de novembro os manifestantes cujo trigo distribuido em oitavos ameace deterioração poderão desistir do seu manifesto em qualquer epoca, participando-o previamente á Direcção do Mercado Central que requisitará á Fiscalização a verificação do allegado.

Art. 6.º Os manifestantes não poderão transferir os lotes de trigo manifestado antes de receber as guias do rateio respectivo, salvo o caso da transferencia ser feita para os armazens do Mercado Central ou das suas delegações, devendo neste caso os manifestantes participar previamente á Direcção do Mercado Central que vão fazer a transferencia do seu trigo.

§ unico. Durante o manifesto de julho os lavradores que ainda não tiverem completado a colheita do seu trigo poderão fazer o seu manifesto conditionalmente, indicando o local da colheita, e, feita esta, a quantidade certa do trigo manifestado até o dia 4 de agosto immediatamente seguinte e o local onde está armazenado.

Art. 7.º Não serão aceites manifestos referentes a trigos depositados em armazens de fabricas de farinha, e, quando o manifesto seja de lavradores, em armazens de commerciantes.

Art. 8.º Nos rateios dos trigos manifestados pelas fabricas de farinha matriculadas, terão preferencia os manifestos inferiores a 10:000 kilogrammas.

Art. 9.º Os manifestantes poderão encarregar da entrega e liquidação dos trigos manifestados os corretores do Mercado Central, os syndicatos e associações agricolas de que sejam socios, ou qualquer outra pessoa, passando neste ultimo caso procuração especial e bastante, devidamente reconhecida.

Art. 10.º A interferencia dos corretores do Mercado Central, quer na apresentação dos manifestos, quer na entrega e liquidação dos trigos manifestados e em todas as operações do rateio, dispensa as formalidades exigidas neste decreto, assumindo os mesmos corretores todas as responsabilidades sobre a idoneidade dos manifestantes, e existencia do trigo e lealdade dos manifestos.

Art. 11.º São applicaveis ás pessoas que transgredirem as disposições d'este decreto as seguintes penalidades:

1.º Qualquer transgressão implica sempre a anulação immediata do manifesto;

2.º Os que transgredirem o disposto no artigo 2.º, declarando inexactamente as quantidades e qualidades do trigo manifestado e o local da armazenagem, perdem o direito a manifestar durante um periodo de um a cinco annos, e o seu nome será publicado nos dois jornaes mais lidos na localidade, em que o transgressor residir;

3.º Os que illudirem o disposto no n.º 3.º do mesmo artigo 2.º, manifestando o trigo já vendido ou persistirem no manifesto depois de venderem o trigo manifestado, sem terem desistido em tempo, serão entregues ao poder judicial e ser-lhes-ha applicavel a pena correspondente ao delicto de falsificação de escritos indicada no artigo 219.º do Código Penal;

4.º Aos syndicatos ou associações agricolas que apresentarem manifestos incursos nas penalidades a que este artigo se refere, são applicaveis as mesmas penalidades, ficando-lhe porem o direito de declinar a responsabilidade no manifestante, provando que este o illudiu;

5.º Os corretores do Mercado Central que apresentarem manifestos incursos nas penalidades indicadas neste artigo serão demittidos senão provarem que o seu mandante os illudiu;

6.º Os manifestantes que não cumprirem o disposto no artigo 6.º d'este decreto perdem o direito de manifestar durante o periodo de 1 a 5 annos.

Art. 12.º Das transgressões punidas no artigo anterior será levantado auto pelos funcionarios do Mercado Central ou da Fiscalização, e, no caso previsto no n.º 3.º do mesmo artigo, será o auto enviado em Lisboa ao Juiz de Investigação Criminal e no resto do país, aos agentes do Ministerio Publico, para estes procederem em harmonia com a lei.

Art. 13.º Os Syndicatos e associações agricolas que exercerem as funções de delegações do Mercado Central, inscreverão os seus socios manifestantes na mesma lista em que forem inscritos os manifestantes não socios, sem pre pela ordem de datas da inscrição.

Art. 14.º As delegações e delegados enviarão diariamente á Direcção do Mercado Central a nota dos manifestantes e quantidades e qualidades de trigo manifestado.

Art. 15.º A correspondencia das delegações e delegados com os manifestantes e com a Direcção do Mercado Central, será considerada official e portanto isenta de franquia postal ou telegraphica, quando se refira aos serviços do manifesto e rateio de trigo nacional.

§ unico. A correspondencia postal será sempre em cartas abertas ou em sobrescritos que o correio possa abrir para verificar o assunto a que se refira.

Art. 16.º Fica revogada a legislação em contrario. Paços do Governo da Republica, em 13 de julho de 1911. — Antonio José de Almeida — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

Faço saber, como Presidente do Governo da Republica, aos que este meu alvará virem que, sendo-me presentes os estatutos com que pretende constituir-se um Syndicato agricola com a denominação de Syndicato Agricola do Concelho de Portimão, e sede na villa de Portimão;

Visto o artigo 3.º da carta de lei de 3 de abril de 1896:

Hei por bem approvar os estatutos do referido Syndicato, que constam de oito capitulos e trinta e quatro artigos, e baixam com este alvará assinados pelo Ministro do Fomento, ficando o mesmo Syndicato sujeito ás disposições da referida carta de lei de 3 de abril de 1896, pela qual sempre e em qualquer hypothese se deverá regular, e com a expressa clausula de que esta approvação lhe poderá ser retirada quando se desvie dos fins para que é instituido, ou não cumpra fielmente os seus estatutos.

Pelo que mando a todos os tribunaes, autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'este alvará competir, que o cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Não pagou direitos de mercê nem de sello por os não dever.

E por firmeza do que dito é, este vae por mim assinado.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 5 de julho de 1911. — Joaquim Theophilo Braga — Manuel de Brito Camacho.

Alvará approvando os estatutos do Syndicato Agricola do Concelho de Portimão.

Passou-se por despacho de 29 de junho de 1911.

Estatutos do Syndicato Agricola do concelho de Portimão

CAPITULO I

Constituição e fins do Syndicato

Artigo 1.º Entre os agricultores do concelho de Portimão e individuos que nelle exerçam profissões correlativas á agricultura, é constituida uma sociedade com o nome Syndicato Agricola do concelho de Portimão, que se regerá pela lei organica dos syndicatos agricolas e pelas seguintes disposições.

Art. 2.º A sede do Syndicato é na villa de Portimão e a sua duração, bem como o numero dos seus socios, são illimitados.

Art. 3.º O Syndicato tem por fim estudar e defender os interesses agricolas do concelho e, especialmente:

1.º Promover a instrucção agricola pelo estabelecimento de uma biblioteca na sede do Syndicato, cursos, conferencias e campos experimentaes.

2.º Facultar aos associados a aquisição de adubos, sementes, plantas e outras materias necessarias para a agricultura e industrias agricolas, em condições vantajosas de preço e qualidade e bem assim a compra ou exploração em commum ou em particular de machinas, alfaias agricolas e animaes reproductores.

§ 1.º Assim, qualquer socio ou grupo de socios, pode requisitar da Direcção a aquisição, por conta d'elles, de qualquer dos objectos designados neste numero.

§ 2.º Os socios requisitantes farão os depositos das quantias representativas do custo, valor e transporte effectivo dos objectos requisitados, revertendo a seu favor todos os bonus e todas as deducções que a Direcção puder conseguir.

§ 3.º Por todo o seu trabalho e a titulo de comissão receberá o Syndicato tão somente a percentagem de 2 por cento sobre a totalidade de tal quantia, que será com ella igualmente depositada e que fica sendo fundo do Syndicato.

§ 4.º Embolsado o Syndicato da quantia a despender e da sua comissão, serão os objectos requisitados postos á disposição do requisitante, logo que seja possível, na sede do Syndicato, ou em qualquer outra parte que aos requisitantes mais convenha, quando isso possa fazer-se.

3.º Encarregar-se, por conta dos socios, da analyse de terras, adubos, plantas e outras que interessem a agricultura.

4.º Procurar mercados para os productos agricolas dos socios e facilitar as relações entre estes e os compradores de dentro ou de fora do país.

5.º Celebrar com as empresas de transportes terrestres, fluviaes ou maritimos, contratos para os transportes, por preços reduzidos, dos generos agricolas, adubos, animaes ou alfaias pertencentes ao Syndicato ou a seus socios.

6.º Promover a criação de uma adega social, fomentar por todos os meios a adopção de boas praticas vitícolas e vinícolas tendo em vista a restricção dos typos de vinho actualmente fabricados.

7.º Adquirir para o Syndicato os objectos que forem necessarios para o seu regular funcionamento e progresso.

8.º Arrendar armazens onde os socios possam recolher e preparar os seus productos sob a fiscalização do Syndicato, mediante um premio depois estabelecido, e em harmonia com a renda, encargos de fiscalização e mais despesas.

9.º Zelar a pureza dos productos agricolas apresentados aos mercados, garantindo com marcas especiaes e devidamente registados, aquelles que, nos termos do numero anterior, forem fabricados e preparados sob a fiscalização do Syndicato, e evitar por todos os meios as falsificações, perseguindo e fazendo perseguir os falsificadores.

10.º Procurar obter a criação de uma caixa de credito agricola mutuo, nos termos da lei de 1 de março de 1911.

Art. 4.º O Syndicato usará tambem de sinete proprio com a legenda «Syndicato Agricola de Portimão».

CAPITULO II

Dos socios

Art. 5.º Podem ser admittidos a fazer parte do Syndicato os individuos a que se refere o artigo 1.º d'estes estatutos, de qualquer sexo, de maior idade e no gozo dos seus direitos civis.

Art. 6.º Haverá no Syndicato as seguintes categorias de socios: ordinarios, beneficiarios e benemeritos.

1.º São socios ordinarios os individuos que contribuirão com uma joia e quota mensal, em conformidade com as seguintes regras:

1.ª Para os socios que pagarem até 20\$000 réis de contribuição predial, joia de 1\$000 réis e quota mensal de 100 réis.

2.ª Para os socios que pagarem mais de 20\$000 réis de contribuição predial, joia de 2\$000 réis e quota mensal de 200 réis.

§ unico. Os socios ordinarios que se inscreverem até 31 de dezembro de 1911 terão uma redução de 50 por cento na importancia das joias.

2.º São socios beneficiarios aquelles que, cultivando a terra por suas mãos, pagarem contribuição predial inferior a 5\$000 réis.

§ unico. Estes socios apenas pagarão a quota mensal de 50 réis.

3.º São socios benemeritos aquelles individuos que prestarem ao Syndicato serviços extraordinarios e relevantes reconhecidos pela Assembleia geral, ou contribuirão para o cofre da associação com quantia não inferior a 60\$000 réis por uma só vez.

4.º Todos os socios, qualquer que seja a sua categoria

gozam de iguaes direitos na Sociedade, com excepção dos beneficiarios, que não poderão fazer parte da Assembleia geral.

Art. 7.º Para ser admittido socio, é preciso ser proposto por dois socios á Direcção, a qual resolverá, havendo recurso da decisão para a Assembleia geral.

Art. 8.º Qualquer socio pode, em todo o momento, deixar de fazer parte do Syndicato, enviando a sua demissão por escrito ao presidente da Direcção. Perde porem todo o direito ao patrimonio syndical, ficando obrigado a satisfazer a totalidade das suas quotas do anno corrente e quaesquer compromissos contrahidos com ou por intermedio do Syndicato.

Art. 9.º Serão excluidos de socios:

1.º Os que estiverem em debito de tres quotas, ou que não satisfizerem no prazo marcado a importancia de qualquer encomenda contratada em seu nome e a seu pedido pelo Syndicato, ou qualquer emprestimo ou aluguer de machinas ou serviços contratados com este, depois de previamente avisados pelo presidente da Direcção, com antecedencia de quinze dias.

2.º Os que não respeitarem qualquer decisão arbitral que hajam solicitado do Syndicato.

3.º Os que se prestarem a servir de intermediarios para fazer aproveitar dos beneficios do Syndicato a individuos não associados.

4.º Os que soffrerem qualquer condemnação por motivo de roubo, dolo ou má fé, ou qualquer outro motivo infamante.

§ unico. A exclusão de socio é attribuição da Assembleia geral, mediante informação da Direcção, que será feita só depois de terem sido ouvidos os socios a excluir.

Art. 10.º Todo o socio do sexo masculino residente em Portimão, é obrigado a aceitar o cargo para que for eleito, sob pena de 5\$000 réis de multa para o fundo social.

§ unico. Exceptuam-se d'esta obrigação a reeleição immediata e a idade superior a sessenta e cinco annos.

CAPITULO III

Administração do Syndicato

Art. 11.º Os corpos gerentes do Syndicato são: a Direcção e o Conselho fiscal eleitos annualmente pela Assembleia geral.

§ unico. A reeleição é permittida.

Art. 12.º A Direcção compõe-se de cinco membros: presidente, secretario, thesoureiro e dois vogaes escolhidos entre si na primeira reunião que a mesma effectuar.

§ 1.º Os socios que desempenharem os cargos de vogaes deverão residir em na freguesia de Alvôr, outro na Mexilhoeira Grande, sendo possivel.

§ 2.º Para supprir as faltas dos effectivos havará outros tantos substitutos sendo preferidos os que residirem na sede do concelho chamando-se os mais votados e em igualdade de votos os mais velhos.

Art. 13.º São attribuições da Direcção:

- 1.º Gerir os haveres do Syndicato;
- 2.º Administrar todos os seus negocios;
- 3.º Estabelecer e manter relações commerciaes com os fornecedores e compradores;
- 4.º Adquirir artigos para o Syndicato;
- 5.º Fiscalizar o aluguer de machinas e outros utensilios agricolas;
- 6.º Nomear e demittir os empregados estipendiados;
- 7.º Confeccionar o relatorio annual de gerencia e contas;
- 8.º Organizar todos os trabalhos de propaganda e instrucção agricola;
- 9.º Resolver sobre colligação temporaria para qualquer dos fins do Syndicato em harmonia com a lei;
- 10.º Representar para todos os effeitos o Syndicato;
- 11.º Organizar tabellas de classificação dos productos de cuja collocação o Syndicato se encarregar;
- 12.º Convocar a Assembleia geral quando o julgar necessario;
- 13.º Admittir os socios ordinarios e beneficiarios e propor os benemeritos;
- 14.º Fazer os regulamentos internos;
- 15.º Deliberar finalmente sobre todos os assuntos que sejam conducentes á realização dos fins geraes e especiaes do Syndicato, nos termos especificados no artigo 3.º d'estes estatutos e na lei de 3 de abril de 1896, com excepção d'aquelles que sejam por lei ou por estes estatutos. reservados á Assembleia geral.

Art. 14.º Pertence ao presidente:

- 1.º Convocar as reuniões e presidir ás sessões, bem como fazer cumprir todas as deliberações da Direcção;
 - 2.º Assinar com o thesoureiro os recibos e ordens de pagamento;
 - 3.º Representar a Direcção em todos os actos publicos e judiciaes.
- Art. 15.º Pertence ao secretario elaborar as actas e fazer toda a correspondencia, ou assiná-la, quando seja feita por empregado do Syndicato.
- Art. 16.º Pertence ao thesoureiro:
- 1.º Fazer a cobrança das quotas e de todas as receitas a haver pelo Syndicato;
 - 2.º Effectuar todos os pagamentos autorizados pela Direcção, cobrando os respectivos recibos.
 - 3.º Elaborar, juntamente com o secretario, os balancetes mensaes e o balanço geral do anno.

§ unico. Todos os fundos do Syndicato serão collocados pelo thesoureiro em qualquer caixa economica, preferindo aquella que o Syndicato criar.

Art. 17.º Em cada semana, um director com residencia em Portimão, fará por escala serviço de visita diaria ao

Syndicato para receber e attender immediatamente todas as requisições dos associados, que possam ser resolvidas sem a deliberação da direcção, assim como para fiscalizar serviços, depositos e exposições.

Art. 18.º O Conselho fiscal compõe-se de tres membros effectivos e de tres substitutos.

§ 1.º O Conselho nomeará entre os seus membros, presidente, vice-presidente e secretario.

§ 2.º As substituições no Conselho fiscal far-se-hão como na Direcção.

Art. 19.º São attribuições do Conselho fiscal:

- 1.º Examinar os livros da escrituração do Syndicato e verificar se os actos da Direcção estão em harmonia com a lei e com os estatutos, e se são ou não contrarios aos fins do Syndicato.
- 2.º Requerer a convocação da Assembleia geral, quando o julgar conveniente.
- 3.º Dar o seu parecer por escrito, sobre o balanço e contas annuaes da Direcção.
- 4.º Assistir ás reuniões da Direcção onde terá voto consultivo.

§ unico. O Conselho fiscal pode fazer-se representar nestas reuniões por um dos seus membros.

CAPITULO IV

Assembleia geral

Art. 20.º A Assembleia geral é a reunião dos socios ordinarios e benemeritos, a qual terá logar ordinariamente uma vez em cada anno até o fim de janeiro, competindo-lhe:

- 1.º A apreciação do balanço geral, relatorio da Direcção e parecer do Conselho fiscal.
- 2.º Eleição dos corpos gerentes, quando tenha de realizar-se.
- 3.º Resolver sobre colligações permanentes com outros syndicatos, para constituir centros de relações de estudos economico-agricolas, ou para promover e defender os respectivos interesses, dentro da esfera dos estatutos e leis communs applicaveis.

Art. 21.º Alem da reunião ordinaria da Assembleia geral, a que se refere o artigo antecedente, poderá a mesma reunir extraordinariamente a requerimento da Direcção, do Conselho fiscal, ou de um grupo de dez ou mais socios que d'ella possam fazer parte, declarando-se sempre qual o assunto a tratar.

Art. 22.º Para se constituir a assembleia geral ordinaria ou extraordinaria, é preciso que esteja presente ou representada a maioria dos socios.

§ 1.º O socio ausente só poderá ser representado por outro socio, o qual não poderá aceitar mais de uma representação.

§ 2.º As representações serão dadas por carta escrita pelo socio que queira fazer-se representar ou por procuração bastante.

§ 3.º Quando se tratar da modificação dos estatutos ou de dissolução do Syndicato, na representação por carta, deverão ter a assinatura devidamente autenticada.

§ 4.º Não podendo effectuar-se a assembleia geral ordinaria ou extraordinaria por falta de numero, será feita convocação para se effectuar dentro do prazo de oito dias uma nova assembleia geral, e nella se deliberará com qualquer numero de socios.

§ 5.º As propostas que se referirem a alteração dos estatutos e quaesquer outras que tenham de ser apresentadas em assembleia geral, deverão ser enviadas ao presidente da Direcção com dez dias de antecedencia ao da mesma assembleia, a fim de a esta poderem ser apresentadas pelo referido presidente, devidamente informadas.

Art. 23.º É prohibido deliberar sobre objecto estranho áquelle para que tiver sido convocada a Assembleia geral, assim como discutir sobre assuntos alheios aos fins do Syndicato, expressos nos estatutos ou nestes mais ou menos explicitamente comprehendidos.

Art. 24.º As deliberações da Assembleia geral são tomadas por maioria de votos, salvo o caso de se tratar de qualquer modificação nos estatutos, para o que serão necessarios dois terços dos votos presentes ou representados.

Art. 25.º A Assembleia geral terá um presidente, um vice-presidente e dois secretarios, eleitos annualmente e que poderão ser reeleitos.

CAPITULO V

Fundos do Syndicato

Art. 26.º O fundo social do Syndicato é constituido pelos bens proprios na conformidade da lei, pelas joias de entrada, quotas e commissões pagas pelos socios, pelas multas e juros dos capitales depositados.

CAPITULO VI

Dissolução e liquidação

Art. 27.º O Syndicato pode ser dissolvido, por sentença do poder judicial, por contar menos de dez associados e por deliberação de dois terços dos associados tomada em assembleia geral constituida para esse fim.

Art. 28.º No caso de dissolução do Syndicato proceder-se-ha á sua liquidação, satisfazendo-se todas as dividas e revertendo o saldo a favor da misericordia de Villa Nova de Portimão.

CAPITULO VII

Disposições geraes

Art. 29.º Tudo quanto não seja previsto nos presentes estatutos regular-se-ha pela carta de lei de 3 de abril de 1896.

Art. 30.º Em harmonia com este diploma o Syndicato goza, para os transportes que faça de conta própria ou

dos seus socios nos caminhos de ferro do Estado e nas linhas de paquetes subsidiadas pelo mesmo, uma redução de 25 por cento sobre as tarifas geraes e especiaes, applicaveis a estes transportes.

Art. 31.º Em harmonia com a mesma carta de lei o Syndicato gozará do seguinte abatimento nas tabellas geraes das analyses feitas nos laboratorios chimico-agricolas: 20 por cento para analyse de adubos e plantas, suas partes ou derivados, e 70 por cento nas analyses de terras.

Art. 32.º Os cargos administrativos e os da assembleia geral serão gratuitos.

Art. 33.º Compreende-se como agricultor do concelho aquelle que administre propriedades alheias com procuração ou como rendeiro, e que ou residindo nelle tenha as suas propriedades fora, ou residindo fora tenha nelle propriedades, não podendo neste caso ser nomeado para os cargos administrativos do Syndicato.

CAPITULO VIII

Disposições transitorias

Art. 34.º Logo que os estatutos estejam ou se considerem approvados pelo Governo, reunirá a assembleia geral para fazer a eleição dos diferentes cargos do Syndicato.

§ unico. Esses cargos serão exercidos até o proximo mês de janeiro, em que são feitas as eleições e prestadas as contas, na conformidade do artigo 20.º.

Assinaram a escritura do presente Syndicato: Basilio de Sousa Grade Cállado, José Antonio Marques Guerreiro, Francisco José Guerreiro Junior, Paulo Judice de Abreu, Francisco Rodrigues Vianna, José Libanio Amado, Antonio do Carmo Provisorio, João Francisco Leotte, João José Tavares, Joaquim Jorge, José Joaquim Fernandes, Braz Conde, Constantino Antonio Baptista, João José Pacheco, Joaquim João Jara, Joaquim Negrão Buisel, José Joaquim Pacheco, Luis Maria Vieira, Domingos Judice Guerreiro, Francisco José Duarte, Francisco Vito de Mendonça Corte Real, Frederico da Paz Mendes, Francisco de Bivar Weinholtz, Alberto Xavier Malveira, Luis Bordar y Marimon, Antonio de Bivar Velho da Costa.

Paços do Governo da Republica, em 5 de julho de 1911.—*Manuel de Brito Camacho.*

Tendo a Direcção do Mercado Central de Productos Agricolas feito sentir a urgente necessidade de ser preenchido, ainda que interinamente, o logar de Chefe da 2.ª Secção do mesmo Mercado, vago pela nomeação do agronomo Artur Urbano de Castro para o logar de Chefe de Repartição da Direcção Geral de Estatística, por decreto de 11 de maio ultimo:

Manda o Governo da Republica Portuguesa que o engenheiro agronomo Virgilio Augusto Bugalho Pinto seja encarregado, provisoriamente, de exercer o referido logar de Chefe da 2.ª Secção da Secretaria do Mercado Central de Productos Agricolas, a que se refere o artigo 268.º da Organização dos Serviços do Fomento Commercial dos Productos Agricolas, approved por decreto de 22 de julho de 1905.

Paços do Governo da Republica, em 6 de julho de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho.*

Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, em 10 de julho de 1911.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Annuncia-se, em observancia do decreto de 5 de dezembro ultimo, haver Antonia Gallego da Ponte, por si e por seus filhos menores, requerido o pagamento do que ficou em divida a seu fallecido marido, José Felix da Cruz, que era distribuidor jornalista telegrapho-postal. (Processo n.º 2:095).

Qualquer pessoa que tambem se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte d'elle, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 11 de julho de 1911.—O Chefe da Repartição, *Cesar de Mello e Castro.*

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848 e decreto de 5 de dezembro ultimo, haver Margarida de Jesus, por si e por seus filhos menores, requerido o pagamento do que ficou em divida a seu fallecido marido Manuel Duarte, que era distribuidor telegrapho-postal supranumerario em Castello Branco (processo n.º 2:094).

Qualquer pessoa que tambem se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte d'elle, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 11 de julho de 1911.—O Chefe da Repartição, *Cesar de Mello e Castro.*

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Em consequencia de algumas reclamações e omissões no primitivo mappa indicativo dos turnos de pharmacia para o effeito do descanso semanal, esta Camara faz constar que está patente na sua Secretaria, por espaço de